



Operação Expocampo mira esquema de superfaturamento em evento público

Cerca de cem policiais civis foram mobilizados na manhã desta terça-feira (28/10) em Campo Florido e Uberaba, Triângulo Mineiro, para o cumprimento de 28 mandados de busca e apreensão expedidos no âmbito da operação Expocampo.

A ação decorre de investigação da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), em parceria com o Ministério Público (MPMG), sobre um possível esquema de superfaturamento de valores públicos destinados ao evento Expocampo 2025, realizado em julho deste ano, em Campo Florido.

A Polícia Civil apura ainda a formação de uma organização criminosa que, mediante a utilização de agentes públicos e políticos, utilizava empresas jurídicas de fachada, recém-constituídas, para vencer licitações publicadas pelo Poder Executivo Municipal, desde o início da gestão executiva deste ano.

“O foco dessa ação foram empresários, agentes públicos e agentes políticos da cidade de Campo Florido, que estariam supostamente envolvidos em um esquema de fraude a licitação”, destacou o delegado Eduardo Garcia, à frente do inquérito.

Buscas

Durante a operação de hoje, foram apreendidos diversos celulares, mídias, computadores e documentos, os quais serão analisados.

Quatro analistas do MPMG acompanharam os policiais em dois endereços alvo da ação, sendo eles o setor de licitação da Prefeitura de Campo Florido e um escritório de contabilidade, no qual estaria centralizado o esquema de constituição das empresas de fachada.

Início dos trabalhos

De acordo com Garcia, as investigações foram iniciadas em julho deste, após o compartilhamento de informações pelo Laboratório de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do 5º Departamento de Polícia Civil em Uberaba.

A análise de vasta documentação financeira apontou um esquema destinado a frustrar o caráter competitivo em processos licitatórios no município de Campo Florido (muitas vezes envolvendo valores milionários), bem como o suposto superfaturamento financeiro na realização do evento Expocampo 2025.

Como parte da operação, mediante representação judicial da PCMG, a Justiça suspendeu os pagamentos do evento Expocampo 2025 até a conclusão das investigações. As apurações continuam.